

Quaderns de Filologia. Estudis Lingüístics. Vol. XI (2006) 197-211

NORMA LINGÜÍSTICA E REPRODUÇÃO SOCIAL¹

Kelly Cristina Nunes da Silva
Universidade de Brasília

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho reflete sobre uma questão bastante relevante para educação em língua materna: a importância da norma lingüística e diversas implicações que permeiam tal tema. Usar-se-á como fonte para análise o texto *Lula e a língua do povo*², publicado na revista Educação, editado pela Segmento, no mês de março de 2003.

Tal seleção se justifica em função da formação continuada de professores ou mera atualização profissional, algumas vezes, se dar por meio da leitura de revistas, dirigidas especificamente a tal público, as quais oferecem facilitação teórica e pretensa formação crítica. Compreende-se, na constituição do espaço educativo, que a mídia atua como formadora de opinião e principal emissora de contratos de leitura na análise discursiva do mundo contemporâneo.

Contudo, os meios de comunicação refletem aspectos ideológicos na prática social (Thompson, 1995), podendo perpetuar relações de poder, legitimar e justificar preconceitos lingüísticos e sociais; interessa, assim, analisar como a ordem do discurso da educação, por meio desses periódicos, lida com novas idéias divulgadas e defendidas a respeito do conceito de norma.

Dessa forma, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 1992, 2003, and Chouliaraki & Fairclough, 1999), em que o discurso é considerado uma forma de poder, um modo de formação de crenças, valores e desejos, um modo de relação social e uma prática social, analisar-se-á a percepção social a respeito do uso lingüístico.

¹ Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, sob o processo n.º 1820/2004.

² O texto encontra-se transcrito em anexo. Sugere-se que a leitura do mesmo preceda a da análise.

2. ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) insere-se num campo de estudo em que pesquisadores buscam investigar o envolvimento da linguagem na vida social, cujo sistema aberto é formado de práticas –modos habituais, relativos a tempos e lugares, nos quais as pessoas empregam recursos materiais ou simbólicos para interagir no mundo (Chouliariki & Fairclough, 1999: 21).

Essas práticas são consideradas práticas de produção, não apenas econômicas, mas estendidas a contextos culturais, políticos, etc. Os indivíduos produzem seu mundo social por meio dessas práticas que articulam diversos mecanismos, sendo que o discurso é um deles. A sua existência enseja uma perspectiva dialética, pois o discurso é uma forma de agir sobre o mundo e sobre as outras pessoas, mas também é moldado por eles.

Segundo os autores (Chouliariki & Fairclough, 1999: 21), há quatro momentos de uma prática: a atividade material, as relações sociais (relações, poder e instituições), o fenômeno mental (crenças, valores desejos) e o discurso. Os modos complexos com que os momentos se inter-relacionam evidenciam a mediação entre as estruturas sociais e os eventos que pode determinar a reprodução ou a transformação de tais práticas.

O conceito de articulação elucidada como os momentos de uma prática se aproximam e se ajustam, além de demonstrar o processo de internalização entre eles. Assim, a articulação implica que haja relações mutáveis entre os elementos, as quais podem ser mais ou menos estáveis e podem ser transformadas, ou seja, um momento pode internalizar outros, contudo, sem se reduzir a eles.

Outro conceito bastante relevante, nessa versão da ADC, trata-se da reflexividade, pois é bastante comum no contexto da modernidade tardia, em que a transformação do binômio tempo e espaço distancia a vida social da influência das práticas e preceitos preestabelecidos, isto é, “o futuro é trazido ao presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento” (Giddens, 2002: 11). Nesse sentido, a modernidade é uma cultura de risco, não porque hoje seja mais arriscado viver do que antes, mas em virtude de haver fatos novos que fogem à previsão inicial.

Assim o elemento reflexivo passa a ser uma faceta das práticas, pois todas elas possuem um aspecto discursivo, há uma elaboração da ação que prescindem da linguagem, ou seja, os indivíduos, em seus contextos sociais, geram representações do que fazem como parte daquilo que fazem. A reflexividade, então, pode funcionar ideologicamente, chegando a ponto de sustentar relações de dominação.

3. MÍDIA E DISCURSO

Durante algum tempo, amparada em argumentação plausível, acreditou-se que os meios de comunicação prestaram-se à transmissão de informação e conteúdo simbólico a indivíduos sem que as relações com os mesmos fossem alteradas. Contudo, percebe-se que o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e interação no mundo social. Vê-se que a mídia é capaz de alterar tal interação por meio de uma nova organização espaço-temporal da vida social, resultando, inclusive, em novas maneiras de exercer o poder. Tal aspecto se insere, no contexto da modernidade tardia, num contexto em que ação e interação se tornaram mediadas em virtude das relações sociais envolverem, possivelmente, agentes sociais distantes no tempo e espaço, os quais dependem de tecnologias de comunicação.

Segundo Bordenave (2002: 80), os meios de comunicação, que fazem uso de diversas semioses³, representam a realidade. Esse processo não é linear, mas dialético, pois a realidade social não é a realidade midiática, ou seja, o próprio nome indica que os *media* desempenham o papel de mediação entre a realidade e as pessoas. O que se entrega não é a realidade, mas a sua construção, uma vez que há seleção de alguns fatos a serem decodificados à sua maneira, passando por um filtro ideológico, estilístico e institucional a fim de defini-la. Nesse contexto, surge a função do profissional de mídia, em especial, o jornalista, que busca a maior aproximação possível entre ambas.

É importante salientar que a imprensa seleciona o que pode ser notícia, uma vez que não se podem esquecer seus valores institucional e empresarial. Os textos dessa mídia apresentam versões do mundo social, legitimando as posições daqueles que mais lhe interessam por meio de perspectiva transformadora ou reprodutora.

De acordo com essas perspectivas, a interferência da comunicação na formação do ser humano, atualmente, é indiscutível, uma vez que os indivíduos são produtos das relações sociais estabelecidas e sustentadas por meio do discurso e outras semioses. Refletir, assim, sobre comunicação é refletir sobre realidade, pois essa constitui a representação veiculada pelos meios de comunicação. A constituição de um espaço educativo, por sua vez, pode compreender a mídia como formadora de opinião e principal emissora dos contratos de leitura na análise discursiva do mundo contemporâneo. Desse modo, a mídia seria, por excelência, um meio que iria pressupor uma leitura crítica a fim de refletir e sistematizar informações que possibilitem um maior esclarecimento sobre demandas sociais. Contudo, sabe-se que a mídia

³ Cf Chouliaraki & Fairclough (1999:20-22) que definem semiose como quaisquer formas de linguagem verbal e não-verbal, incluindo discurso, envolvidas em práticas sociais.

se encontra associada a interesses econômicos de gestores dessas instituições e às crenças dos agentes (jornalistas, editores) que o produzem.

É necessário, pois, investigar os possíveis efeitos ideológicos do discurso da imprensa sobre educação e, antes de tudo, situar a imprensa em seu contexto que é o de *media*, ou seja, dos meios de comunicação. Ao lado da TV e do rádio, a imprensa compõe esse conhecido conjunto denominado meios de comunicação de massa, o qual Thompson (2002: 288) conceitua como “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação”.

De acordo com tal concepção, a revista é um meio de comunicação de massa que, ainda nos termos de Thompson, se configura em uma quase-interação mediada em que as fórmulas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores e a interação é predominantemente em sentido único, ou seja, é monológica. Além desse aspecto, é relevante salientar o entendimento que Fairclough (2003) confere à mídia, dando-lhe *status* de gênero de regulação, uma vez que ele é capaz de transcender os limites de um gênero e também regular as relações sociais comuns em dada prática social.

Sem negligenciar as perspectivas acima, prevê-se, logo, que as matérias da revista *Nova Escola* tenham uma seleção de artigos e reportagens que contribuam para reflexão, no âmbito da educação, porém quase sempre enfeitados de tom novidadeiro. Tal fenômeno se dá no ambiente escolar –um espaço social de manutenção de relações sociais e visões hegemônicas de fatos sociais– que busca, paradoxalmente, fugir dessa estrutura. Por isso, fica obscurecido por sobreposição de visões particulares de mundo das pessoas que as produzem e dos interesses institucionais que representam. Essas publicações possuem um caráter pretensamente inovador ou vanguardista, mas que pode ficar obscurecido por sobreposição de visões particulares de mundo das pessoas que as produzem e dos interesses institucionais que representam.

Perceber como a mídia representa práticas sociais é bastante relevante nessa análise. O periódico do qual o texto foi extraído tem um público específico: professores e outros agentes ligados à educação. Tal fato relaciona-se diretamente às práticas discursivas (Fairclough, 2001: 114) em que se destacam os modos de produção, consumo e divulgação. Nesse processo revelam-se aspectos ideológicos e construção de identidades.

É importante salientar que a imprensa seleciona o que pode ser notícia, uma vez que não se podem esquecer seus valores institucional e empresarial. Os textos dessa mídia apresentam versões do mundo social, legitimando as

posições daqueles que mais lhe interessam por meio de perspectiva transformadora ou reprodutora.

Prevê-se, logo, que as matérias da revista Educação tenham uma seleção de artigos, reportagens que contribuam para reflexão, no âmbito da educação, quase sempre enfeitados de tom novidadeiro, pois a escola é (sempre) um espaço social de manutenção de relações sociais, visões hegemônicas de fatos sociais que busca, paradoxalmente, fugir dessa estrutura. Por isso, essas publicações possuem um caráter pretensamente inovador, vanguardista, mas que pode ficar obscurecido por sobreposição de visões particulares de mundo das pessoas que as produzem e dos interesses institucionais que representam. Entretanto, um teor reticente é necessário, pois uma consciência crítica é exigida desses leitores virtuais, em virtude de, em nosso país, essas publicações adquirirem um espaço de divulgação científica de modo facilitado, barato e breve.

4. LINGUA, NORMA E PODER

Certamente, essa análise não deixaria de jogar luzes sobre a séria discussão a respeito do uso lingüístico. Na Lingüística moderna, várias áreas de pesquisa já propuseram reflexões que culminaram em um aspecto: noção equivocada de erro x variação lingüística, dilema sobre o qual o texto “Lula e a língua do povo” se debruçam.

Vasta literatura produziu-se a respeito desse tema, mas interessa particularmente os reflexos para o contexto educacional, uma vez que nas escolas as mudanças são urgentes. Sabe-se que há uma relação dialética entre discurso e realidade social, a qual desvela relações ideológicas bastante transparentes na compreensão de norma. Atualmente, após a superação estruturalista da língua como sistema homogêneo e invariável, a pertinência do conceito de norma é fundamental, pois não se vê apenas uma norma, na caracterização sociolingüística brasileira, distinguindo-se, grosso modo, em norma culta e norma popular que não é prestigiada.

Contudo essa dicotomia é esquecida. No Brasil, as condições da realidade social refletem-se no campo da norma lingüística. No âmbito avaliativo das variantes lingüísticas o estigma recai cruelmente sobre a *variante popular*, fortalecendo um preconceito que é nada mais que mera manifestação da discriminação ideológica e da exclusão social, isto é, trata-se de uma demonstração clara de poder. Cresce, nesse contexto, a noção de erro que reduz, no senso comum, a língua ao uso ideal de expressões conforme um manual de regras, conforme já admitia Bakhtin (2002: 96):

Em condições normais, o critério de correção lingüística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu

valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc. A língua no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida (Bakhtin, 2002: 96).

Essa visão de autoridade, de poder da qual emana a verdade desvela uma formação sectária da sociedade. Trata-se da mesma que se manifesta em outros campos sociais e resulta da mesma dificuldade em aceitar a diversidade como ocorre com relação às orientações sexuais e credos religiosos. Assim, não existe a possibilidade de operar com símbolos e formas de linguagem imaginando que existe neutralidade ou ingenuidade.

A norma lingüística, como face do poder simbólico⁴, insere-se num contexto em que se tomam as normas sociais como relações de poder, socialmente constituídas, cujo mérito reside na capacidade de romper com essa aparente naturalização, pois a realidade também é objeto de percepção, ou seja, o mundo social se constitui das diferentes visões das pessoas e, paradoxalmente, por mais que a realidade seja estruturada e determinada, há sempre a possibilidade de mudança e transformações das chamadas estruturas sociais ao estabelecerem novas classificações sociais, ao nomearem grupos e classes e ao usarem conscientemente a língua.

5. ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DOS TEXTO

A análise do texto tem como base o arcabouço analítico proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999).

5.1. *Problema*

A ADC se inicia com base na percepção de um problema relativo ao discurso na vida social. Os problemas podem se encontrar na vida social ou na construção reflexiva de uma prática social.

Vê-se que o problema tem natureza reflexiva. O jornalista propõe-se a avaliar e a mediar reflexões a respeito do uso lingüístico a fim de contribuir para melhor prática de docentes, contudo caiu nas armadilhas do senso comum, a partir de um caso ímpar na história brasileira: a trajetória política de Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente da República.

⁴ “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar as coisas que já existem” (Bourdieu, 1990: 167).

5.2. *Obstáculos a serem enfrentados*

5.2.1. Análise da conjuntura

O texto foi publicado em março de 2003. Trata-se de um momento de euforia pós-eleitoral em que se elegeu Luís Inácio Lula da Silva para presidência. Mas a interpretação dos fatos apontados como evolução no trato da língua e possíveis implicações para as aulas de língua materna devem-se alguns fatos:

- 1) Aposta na mudança: o povo brasileiro, após implantação de governos neo-liberais, deseja o retorno às necessidades sociais. Dessa forma, constrói-se uma nova imagem que coaduna com as propostas dos partidos que apoiaram a candidatura de Lula.
- 2) Transformação da imagem de Lula: aparência física cuidada e moderação discursiva seriam estratégias de marketing para tornar o candidato “palatável” às maiores resistências.
- 3) Apoio velado da mídia à candidatura de Lula: vários meios apoiaram explicitamente ou não se opuseram à candidatura.
- 4) Reconhecimento de variantes lingüísticas, legitimadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a fim de justificar a aceitação de parte da classe dominante. Nesse momento, o candidato não foi discriminado, em virtude de sua origem, do seu domínio das práticas sociais de letramento que lhe proporcionaram modos prestigiosos de falar. O discurso científico dualiza com idéias correntes advindas do senso comum.

5.2.2. Análise da prática da qual o discurso é um momento

Nesse momento, privilegiam-se as relações dialéticas entre discurso e outros momentos da prática social. O objetivo é perceber o papel ocupado pelo discurso nas práticas e que relações de internalização existem entre discurso e os demais momentos.

O discurso é foco essencial nas práticas de produção de mídia impressa: o texto analisado internaliza outros momentos dessa prática como o momento dos fenômenos mentais (crenças, valores e desejos) em que se nota o desejo de apresentar uma identidade positiva para Lula ao narrar a evolução de seu uso da língua ao mesmo tempo em que representa uma tentativa de resistência a esses valores que aí estão; contudo, quando se afasta da ótica lingüística, na condição de uma pessoa investida de suas experiências e visão de mundo, reproduz, por meio de crenças e valores, preconceitos relacionados à variação diastrática (social) ou geográfica.

Há internalização da ideologia dominante e a explicitação das relações de poder, conforme afirmou Bourdieu (*apud* Bortoni-Ricardo, 2003):

A estrutura da relação de produção lingüística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade que não é redutível ao capital propriamente lingüístico: a competência é também, portanto, capacidade de se fazer escutar. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos (Bourdieu, *apud* Bortoni-Ricardo, 2003).

Essas relações de poder podem ser sustentadas ou estabelecidas de diversas formas. Thompsom (1995: 81-89) identifica cinco modos de operação da ideologia e algumas estratégias típicas da construção simbólica. Nessa análise destacam-se três modos.

A fragmentação por meio da diferenciação. Esse *modus operandi* denuncia que relações de dominação são mantidas através da segmentação de pessoas ou grupo a fim de que não se transformem num desafio aos grupos dominantes. A estratégia de diferenciação, por sua vez, enfatiza as distinções. Assim, no próprio título *Lula e a língua do povo*, já se percebe que o jornalista compreende existir outra língua que Lula, uma pessoa de origem popular, migrante, não teve acesso e não a representa. Eles, Lula e povo, são, portanto, diferentes de nós que não usamos essa variante lingüística, pessoas com emprego e relativa cidadania.

A dissimulação é o modo pelo qual a ideologia dissimula relações sociais, destacando características que adquirem caráter avaliativo. Na matriz discursiva, aparecem muitas metáforas para erro (embora reconheça que essa seja uma categoria da análise do discurso, o apelo ideológico fez-me preferir discuti-la nessa seção), certamente não se tratam de um uso criativo, mas uma opção consciente do autor para não se identificar com a noção pejorativa que o termo carrega, no entanto, tal opção não é menos desastrosa, pois derrama valorações internalizadas do senso comum. São “indigência formal do discurso”, “abundantes escorregões”, “bobagens agudas”, “enganos freqüentes” (voz do outro com a qual o autor não se identifica), “coisas obscenas”, “ignorância principalmente idiomática”.

Há, ainda, reificação que descaracteriza o caráter sócio-histórico da sociedade, estratégia em que o estado de coisa é tratado como natural, inevitável. Parece que, no texto, seja natural que há formas diferentes de usar a língua como se elas não estivessem ligadas internamente com a distribuição de renda, com a história de vida de cada indivíduo. É normal que haja uma língua padrão com normas que acabem revelando diferenças e preconceitos.

É normal que, apenas o conhecimento seja produto da educação formal; práticas de letramento, por vias transversas, não são legitimadas segundo se afirma, no texto, “não se sabe se leu muito ou se usou sua aparentemente excepcional capacidade de aprender de ouvido”.

5.2.3. A ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso, de acordo com Fairclough e Chouliaraki, orienta-se pela análise da estrutura e da interação. A 1ª relaciona-se às ordens do discurso, gêneros e vozes; a última revela de que forma o discurso relaciona esses elementos por meio da intertextualidade e interdiscursividade.

Assim, com relação à análise da estrutura, percebe-se que a ordem do discurso é predominantemente da imprensa, contudo é atravessada pelas ordens do discurso da educação (§ 5 e 12); da política (§ 3) e da ordem da vida privada (§ 8 e 9). O gênero predominante é o argumentativo, em virtude da própria natureza do texto (discurso da imprensa). Há, contudo, hibridismo, característica apontada pelos autores, na modernidade tardia, uma vez que há o gênero narrativo que recupera a trajetória política e pessoa de Lula (§ 1, 4, 8 e 9).

Por outro lado, a intertextualidade manifesta, elemento constitutivo da análise interacional, evidenciou-se pelo uso das aspas, da citação de autoridade e da ironia que indicam a baixa afinidade de autor com o significado expresso, ou seja, permite-se a presença de voz alheia. No primeiro caso, trata-se do senso comum como em “enganos freqüentes” e “despreparo” em que o autor demonstra consciência de que essas expressões carregam estigmatização social. Na citação do dicionário Houaiss, no último parágrafo, como um argumento de autoridade para sustentar o seu conhecimento sobre problemas fonoaudiológicos que formariam uma identidade negativa para “ceceadores do PT”.

E, por último, pela presença da ironia⁵ que é um modo de representar a relação dialógica existente entre um texto em seu contexto e o outro texto nele presente. A relevância da ironia é que ela não permite que valores antigos não se apaguem ao propor que novos. No texto, ela se evidencia no comentário irônico da esposa de Lula, Marisa, que brinca com a situação de Lula estar sendo entrevistado pela revista *Playboy*, naquela época, o Brasil, por meio de lideranças políticas, artísticas, intelectuais, lutava pela abertura política, sendo que Lula era uma líder trabalhista que participava do movimento, e afirma que o interesse pela pessoa do atual presidente era

⁵ De acordo com Bakhtin (1981: 168), a “segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes”.

reduzido pois ele não se enquadrava, obviamente, nos padrões estéticos do periódico. Há também ironia em “Lula nunca mais sofreu percas”, percebe-se uma associação entre o falar de Lula e suas vitórias na vida, estabelece-se uma relação direta entre uso de padrão não-coloquial e sucesso.

5.2.4. A análise lingüística dos textos

De acordo com Chouliaraki & Fairclough (1999), não há obrigatoriedade de análise de todo arcabouço. Portanto, far-se-á a análise apenas de alguns elementos associados à noção lingüística constante no texto a fim de perceber relações de dominação, preconceitos.

- 1) Elementos avaliativos: diferenciação preconceituosa a variedades lingüísticas: anuncia uma visão estigmatizadora da origem social de Lula; o sintagma nominal formado por substantivo + adjetivo: “o timbre rascante da voz agreste”⁶; “ignorância principalmente idiomática”; a lexia complexa “sua fala não é propriamente exemplar”. Valorização do ensino normal em detrimento do conhecimento advindo da oralidade, da experiência: lexias complexas como “usou sua aparentemente excepcional capacidade de aprender de ouvido”; “o atentíssimo ouvido excepcional para aprender”; “companhia ilustrada de pessoas como Frei Betto”.
- 2) Pressuposição: é tomada como informações dadas ou estabelecidas. O autor espera que o leitor compartilhe de suas idéias e aceite-as, acredita que Lula construiu uma identidade que não foi enfraquecida, pois ele se esforçou para crescer e dominar outras formas de registros ao longo de sua experiência como em “mesmo sob a ótica conservadora da norma culta do idioma, Lula se apresentar em público e afirmar que mudou, uma vez que aprendeu muito.
- 3) Tempos verbais: as formas temporais dos verbos indicam sinais aos leitores a respeito do mundo narrado e do mundo comentado. Os tempos verbais que correspondem ao mundo narrado são ligados ao relato, conferindo um tom mais descontraído ou idéia de fato irrevogável, pois não há mais nada a fazer. Por outro lado, os tempos do mundo comentado indicam maior comprometimento do autor e maior concentração do leitor, pois os assuntos os atingem diretamente. No texto há dois usos principais: o presente do indicativo tem um caráter avaliativo do jornalista, refere-se à análise para situar o discurso de Lula em relação à língua padrão; o pretérito é usado para indicar contato anterior do jornalista com Lula, trata-se do mundo

⁶ Todos os negritos são meus.

narrado (força de fato incontestável). A marcação temporal no texto contribui para construção da identidade de Lula e progressão argumentativa do autor, que deseja evidenciar a verdade expressa, uma vez que garante a evolução do uso lingüístico –se é que se pode aceitar tal concepção fora do contexto do senso comum– ao trazer seu passado para referendar suas considerações.

- 4) Modalização: a modalização apresenta-se como um artifício do jornalista para não expor sua face, quando escreve sobre situações que, notadamente, setores da sociedade classificam como preconceituosas; vale-se, então, de advérbios e formas verbais auxiliares que retiram a força categórica da afirmação. Vejam-se os exemplos: “na última campanha eleitoral, parece que nenhum outro candidato criticou outro pela indigência formal do discurso”; “ou pluralizasse verbos indevidamente”; “se usou sua aparentemente excepcional capacidade de aprender de ouvido”; “a gramática baixa e elementar dominada intuitivamente por qualquer falante”.
- 5) Orações com sentido adversativo, concessivo e condicional: o uso dessas orações revela que a realidade social relatada ou vivida, pelo jornalista, não é aceita. As motivações são diversas, variam desde o julgamento de mudança e avanços –no caso das condicionais, no parágrafo 11, em que se aponta a solução para o discurso de Lula, se o mesmo conseguisse dominar os meandros da leitura, até a sobreposição do senso comum, quando o autor debruça-se sobre a reflexão de erro, pois mesmo que afirme não haver, sobrepõe-se à voz do outro, como já se disse, a concepção naturalizada da relação direta entre uso lingüístico e variantes sócio-geográficas num determinismo que a própria biografia de Lula desautoriza. Concessivas: “embora tivesse havido abundantes escorregões na fala de improviso...”; “embora às vezes devorasse o” s “de um ou outro plural ou escorregasse na concordância de algum verbo que antes do sujeito”. Adversativas: “mas nos debates brotaram enganos freqüentes”; “... Lula costumava, entretanto, papar mais "s" e atropelar regências verbais”; “Lula fala a língua do povo, mas muito melhor do que a língua do povo”.

5.3. Possíveis modos de resolver o problema

Essa parte do arcabouço propõe-se a vislumbrar estratégias que proporcionem mudanças nas estruturas sociais. Obviamente, aqui não expõe uma visão ingênua do analista ao creditar grande alcance nas estruturas, mas se espera que consiga discernir contribuições para a sociedade.

Inicialmente, reforça-se que a análise recai sobre um texto de mídia impressa que possui características próprias. Mas, no caso da revista Educação, compõe um grupo de publicações que se destina a auxiliar as práticas dos educadores. Contudo, nem sempre está a serviço da educação, uma vez que há possibilidade de internalização do senso comum que perpetuam estruturas sociais.

Portanto, essa análise alerta o educador, para que lance um olhar mais crítico sobre a realidade e, em especial, sobre os materiais pedagógicos e de formação disponíveis no mercado. No texto em questão, apesar da intenção de desmistificar a noção de erro, proclamar a competência discursiva, há reprodução de preconceitos seculares que alicerçam a diferença e a exclusão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, apresentou-se como o discurso da mídia opera com representações sociais. O texto *Lula e a língua do povo* retrata um dos grandes dilemas que permeia o ensino de língua materna: como o professor deve abordar conteúdos que não reproduzam uma visão dicotômica entre certo e errado.

O texto ilustra o tema, analisando o caso ímpar de Lula que, ao contrariar todas as regras para ascensão social, alcançou o cargo de presidente da República. Então depara com um questionamento: como mostrar que Lula é (ou não) uma exceção? Ao tentar responder, o jornalista apresenta internalizações que fez sobre o tema, afinal não é fruto dessa formação crítica, deixando transparecer naturalizações já apontadas na análise.

Assim, o discurso da imprensa contribui para constituir o questionamento do senso comum, embora ainda o reproduza. Importando aos leitores, professores, agentes em educação, não receber tudo como verdade, mas como início de uma problematização.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Bakhtin, M. (2002¹⁰). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC.
- Bordenave, Juan E. Diaz (2002). *Além dos meios e mensagens*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bordieu, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2003). “Variação lingüística como processo identitário”. *Educação em língua materna*. São Paulo: Parábola [in print].

- Chouliaraki, L. & N. Fairclough (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University Press.
- Fairclough, N. (2001 [1999]). *Discurso e mudança social*. Brasília: editora Universidade de Brasília [*Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press].
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Halliday, M. A. K & R. Hasan (1985). *Language, context, and text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

8. ANEXO

Lula e a língua do povo

O português falado pelo presidente do Brasil levanta debate sobre a influência da oralidade no idioma culto e no ensino de gramática nas escolas

Na última campanha eleitoral, parece que nenhum candidato criticou outro pela indigência formal do discurso ou por supostos erros gramaticais, embora tivesse havido abundantes escorregões nas falas de improviso de todos eles. Escorregões em relação à língua culta, claro. Nas gravações dos programas eleitorais, no entanto, havia equipes filtrando bobagens agudas. Mas nos debates brotaram “enganos” freqüentes. Não houve quem não escorregasse de vez em quando. A maioria dos olhares e ouvidos, no entanto, estava voltada para Lula. Ele até que se saiu bem, embora às vezes devorasse o “s” de um ou outro plural ou escorregasse na concordância de algum verbo que aparecia antes do sujeito. Ou pluralizasse verbos indevidamente (“Haviam problemas sérios”). Todos os outros candidatos, aliás (como todos nós), cometeram as mesmas distrações (quadro ao lado).

Lula não repetiu coisas obscenas como as registradas em sua primeira candidatura à presidência, em 1989. Nunca mais se ouviu dele um só “menas” e raras vezes os antes freqüentes “acho de que”, “penso de que”, “acredito de que”. Nem se ouviu mais o desastroso “perca” –forma verbal usada em lugar do substantivo “perda”– pronunciado no debate com aquele senhor de olhos esbugalhados, eleito presidente e expulso de Brasília por pilantragens variadas. Nunca mais Lula sofreu “percas”.

Na última campanha, demonstrou ter aprendido muito. E não só na forma de expressar-se, mas também no tom contido e no domínio dos assuntos. Não se sabe se leu muito ou se usou sua aparentemente excepcional capacidade de aprender de ouvido. Não importa. Uma coisa desagradável em sua fala ele não perdeu: o timbre

rascante da voz agreste, apenas suavizado pelo sorriso freqüente e pela amabilidade que, pelo menos até as primeiras semanas do governo, parecem ter aumentado sua popularidade.

As poucas críticas públicas ao suposto despreparo de Lula para governar se concentraram no fato de ele não ter aproveitado seu tempo de candidato para estudar formalmente. Por temor de que críticas diretas se voltassem contra os próprios críticos, só nos corredores da vida e pela internet seus adversários, sempre anônimos, faziam comentários jocosos sobre o “despreparo” dele e divulgavam graçolas que representariam sua ignorância, principalmente idiomática. Mas, enfim, o companheiro Lula se expressa bem ou mal? Agora fala corretamente? Erra muito? Não, não erra muito. Mesmo sob a ótica conservadora da norma culta do idioma, Lula vai bem. Não tem o discurso melífluo de FHC, que se expressa tão bem que levou grande número de pessoas a acreditar ter ele feito bom governo, embora tivesse levado a nação à ruína com a inestimável ajuda do doutor Malan.

Sim. Lula não tem o discurso refinado e sinuoso de um ou outro acadêmico. Não fala espanhol, francês ou inglês. Lula também não fala em frases longas, virguladas e quase sempre irrepreensíveis do ponto de vista formal, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. E como falava o mui falecido Roberto Campos.

De fato, Lula fala a língua do povo, mas muito melhor do que a maioria do povo. Ele ultrapassa de longe a gramática baixa e elementar dominada intuitivamente por qualquer falante, mesmo os sem instrução. De todo modo, sua fala não é propriamente exemplar.

É preciso considerar, no entanto, que o mais importante na fala, no discurso, na escrita, é a clareza. E nisso Lula é bom de fato. Comunica-se com clareza e fluência. Já era competente no tempo da ditadura, quando presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. E melhorou muito desde que deu a este escriba uma longa entrevista para Playboy, publicada em julho de 1979. Foram três dias de conversa, em maio. Às vezes mais descontraída por alguns poucos goles de ótima cachaça com cambuci. No primeiro dia da conversa, chamou a mulher, Marisa, e a surpreendeu com o aviso de que ia posar nu para a Playboy. Ela se assustou, perguntou se ele estava louco. “Vão dizer que você virou um bunda mole”. Mas logo percebeu a brincadeira.

Estava afastado da presidência do sindicato pelos militares e já articulava a formação do PT com políticos, sindicalistas e intelectuais de esquerda, entre eles Antonio Candido e Fernandenrique Cardoso –FHC era de esquerda!–, que apoiou na candidatura ao Senado. Ágil nas respostas, Lula costumava, entretanto, papar mais “s” e atropelar regências e concordâncias. Evoluiu enormemente. Como? Muita conversa, o atentíssimo ouvido excepcional para aprender, a companhia ilustrada de pessoas como Frei Betto, algum polimento, mais experiência e assessoria eficiente. Melhoraria se estudasse mais, se conseguisse ler bons autores para dominar melhor as estruturas da língua que se internalizam automaticamente pela leitura. Bastaria uma hora por dia de leitura de um destes senhores: Graciliano Ramos, João Ubaldo Ribeiro, Luis Fernando Veríssimo e Millôr Fernandes, por exemplo –receita para todos. E uma hora de leitura antes de cada churrasco e de cada rabada com polenta.

Seria bom também que Lula, Palocci, Vicentinho e os outros ceceadores do PT tratassem desse pequeno problema lingual com a ajuda de fonoaudiólogos. A menos que o curtam como marca registrada. (Cecear é pronunciar as consoantes sibilantes surdas e sonoras –“s” e “z”– como interdentais, com a ponta da língua entre os dentes, lembra o Dicionário Houaiss). Lula aproveitaria ainda para domar a aspereza da voz. Nada de importante.